

Investigação sobre os elementos constitutivos da produção editorial jornalística orientada para a paz¹

Ricardo Dias de Oliveira Filho²

Milton Pelegrini³

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Resumo

A presente pesquisa busca identificar elementos conceituais para orientar a produção editorial jornalística voltada à paz e à não-violência. Visa relacionar esses conceitos às práticas editoriais, propor novas referências ao jornalismo, contribuir com a comunicação comunitária e analisar como tais elementos promovem uma abordagem inclusiva e solidária. O estudo examina a violência implícita na busca por audiência, revelando como a comunicação pode naturalizar preconceitos. Defende-se uma prática jornalística não mercadológica, que evite informações tendenciosas e fortaleça uma cultura de paz. São considerados fundamentais os princípios de independência editorial, pluralidade de opiniões, orientação ao não-conflito, contra-hegemonia, desobjetificação do ser humano e acesso universal à informação — bases de um jornalismo comprometido com os direitos humanos e a justiça social.

Palavra-chave: Produção Editorial; Jornalismo Orientado para a Paz; Violência; Não-violência.

Introdução

Esta pesquisa integra o Projeto de Extensão Comunitária vinculado ao grupo de Pesquisa Mediações Telemáticas (Mediatel) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), registrado no Diretório de Grupos do CNPq. Focada na Redic – Rede de Informação Comunitária do Dique da Vila Gilda, a pesquisa visa explorar a comunicação comunitária e humanitária, com ênfase em práticas editoriais orientadas para a paz.

O estudo investiga a violência implícita na busca por audiência e o papel da comunicação na formação de crenças e preconceitos. O objetivo é promover um jornalismo que contribua para uma cultura de paz, evitando a disseminação de informações tendenciosas e parciais.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 8º Semestre, do Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e-mail: ricardinho.2002@hotmail.com

³ Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e-mail: milton@pucsp.br

Serão utilizados os conceitos de violência de Johan Galtung e as teses de Vicente Romano sobre a comunicação como meio de verificação e controle das ideias. Também serão considerados os trabalhos de Pascual Serrano sobre a relação entre comunicação e violência, e a perspectiva de Judith Butler sobre a não-violência como alternativa às abordagens predominantes.

O projeto justifica-se pela necessidade de práticas jornalísticas que fomentem a compreensão e solidariedade, distantes do jornalismo comercial hegemônico, visando uma abordagem mais justa e pacífica na cobertura de conflitos e questões sensíveis.

Jornalismo e a Violência

A singularidade do ser humano em relação aos outros animais reside na constante organização de sua experiência em pensamento, tornando-a comunicável. Reciprocamente, a maior parte da experiência humana é adquirida por meio de palavras, ou seja, é moldada e organizada por outros indivíduos da mesma espécie (Romano, 2012). Essa capacidade comunicativa está diretamente ligada à construção de significados coletivos e à interpretação da realidade.

Historicamente, o jornalismo desempenha um papel crucial como mediador entre os acontecimentos dignos de notícia e o público, empregando uma variedade de ferramentas na construção da narrativa jornalística para interpretar a realidade, em vez de apenas refleti-la passivamente.

É justamente nesse processo de construção de sentido que Cardoso (2013) ressalta o papel fundamental do jornalista na construção de narrativas que moldam nossa compreensão da realidade. A forma como o jornalismo retrata eventos pode tanto destacar a importância de temas ligados à paz quanto reforçar questões relacionadas à guerra, influenciando assim a percepção pública e as relações dentro de uma comunidade.

Butler (2021) afirma que, antes de enfrentarmos a violência, é necessário compreendê-la em suas diversas formas, incluindo suas manifestações diretas, estruturais e culturais. Essa compreensão é essencial para identificar os mecanismos que perpetuam a violência, permitindo que possamos desenvolver estratégias que a enfrentem de maneira eficaz e abram caminho para uma resposta não violenta.

Na verdade, quando o mundo se manifesta como um campo de força de violência, a tarefa da não violência é encontrar maneiras de viver e agir nesse mundo de tal forma que a violência seja controlada ou reduzida, ou mesmo que sua direção seja

invertida, especialmente nos momentos em que ela parece estar saturando o próprio mundo e não oferecer saída (Butler, 2021, p. 25).

Essa realidade evidencia como a cultura da violência está enraizada não apenas nas ações visíveis, mas também nas estruturas e mentalidades que a sustentam. Para compreender melhor essa dinâmica, a Teoria do Triângulo da Violência, desenvolvida por Galtung (1969), oferece uma abordagem para entender a dinâmica dos conflitos e da violência. A violência não se restringe apenas a ações físicas, mas também engloba estruturas e mentalidades que sustentam e possibilitam a violência. A estrutura é composta por três entidades interdependentes: o agressor, responsável pela perpetração direta do ato violento; a vítima, sobre quem recai o impacto da violência; e o espectador, testemunha do evento violento que, por vezes, se abstém de intervir para coibir seu prosseguimento. Assim, a interrupção do ciclo violento requer a alteração de um ou mais elementos do triângulo.

Uma sociedade que gera alienação se torna propícia à violência. Os estereótipos, o fanatismo, o dogmatismo e a intolerância, decorrentes das condições alienantes em que poucos causam mortes em detrimento de muitos, podem e devem ser enfrentados por meio de uma cultura elevada de diálogo. Nesse contexto, uma comunicação democrática, participativa e multidirecional é essencial, evitando a unidirecionalidade interessada e, em última instância, violenta (Romano, 2012).

Jornalismo para a Paz

Os *Peace Studies*, também conhecidos como Estudos da Paz, constituem uma área acadêmica interdisciplinar que incorpora o comprometimento e o entendimento das causas da violência e conflitos armados, além de propor soluções pacíficas para essas questões. Historicamente, esses estudos nasceram como uma disciplina acadêmica na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de entender e prevenir conflitos internacionais e promover a paz.

Galtung (1969) explora a relação entre violência e paz, sugerindo que a violência vai além da agressão física, abrangendo qualquer força que crie uma lacuna entre o que poderia ser e o que realmente é. Essa concepção amplia a compreensão da violência para além do físico, revelando seu caráter estrutural e silencioso, que age bloqueando possibilidades e perpetuando desigualdades.

Nesse contexto, o jornalismo para a paz é uma abordagem que busca aprimorar as representações e a construção da realidade, além de fomentar uma consciência crítica. Esse método pode influenciar a formação de diversos pontos de vista sobre o tema, promovendo uma compreensão mais ampla e equilibrada dos acontecimentos (Cardoso, 2013).

Essa abordagem assegura que a análise da violência e da paz, bem como a reflexão sobre os esforços para alcançar a paz perpétua, sejam apresentadas de forma clara e consistente. Vamos, portanto, identificar e explorar os elementos constitutivos da produção editorial jornalística orientada para a paz.

Os elementos constitutivos da produção editorial jornalística orientada para a paz

Conforme apontado por Pontes (2017), a crítica ao jornalismo atual destaca que a busca incessante por audiência, aliada à lógica do confronto e da competição nos veículos de comunicação, frequentemente contribui para a disseminação da violência e a construção de narrativas de divisão e intolerância.

Segundo Romano (2012), a independência é essencial para os produtores e autores na criação de programas de comunicação. Essa independência significa a liberdade de trabalhar sem interferência governamental ou de instituições estatais, evitando uma "estética oficial". Para o autor, os meios de comunicação designados como serviço público devem fornecer informações e argumentos que permitam a formação de opiniões autônomas e uma compreensão inteligente do ambiente em que vivemos. Isso inclui a liberdade de desafiar atitudes estabelecidas e até mesmo provocar certos segmentos do público.

A liberdade de imprensa, assim defendida, deve resistir às tentativas de controle, sejam elas explícitas ou sutis, que buscam moldar o conteúdo midiático de acordo com interesses específicos.

Em princípio, a liberdade de imprensa deveria consistir em garantias para que os cidadãos se organizassem com o intuito de criar meios de comunicação cujos conteúdos não fossem controlados nem censurados pelos poderes do Estado. O problema é que, num sistema de economia de mercado como o atual, em que os meios de comunicação requerem grandes investimentos e um alto grau de industrialização, esse direito só pode ser desfrutado por um determinado setor social (Serrano, 2009, p. 69).

Além da independência, a pluralidade dos meios de comunicação também é crucial. Cardoso (2013) aponta que, embora o jornalismo tenha o potencial de promover a cidadania e desempenhar um papel social positivo, a realidade é que jornalistas e empresas de comunicação frequentemente se veem envolvidos em um ciclo de interesses que prioriza a violência, o drama e o espetáculo. Esse ciclo não apenas reflete discursos existentes, mas também os constrói e os molda de acordo com valores e políticas corporativas. O resultado é uma construção da realidade que influencia as opiniões e atitudes do público.

Butler (2021), por sua vez, explora o desafio de lidar com um mundo em que a violência parece dominar todas as esferas da vida. Ela sugere que a não violência deve buscar maneiras de responder a essa realidade, enfrentando a violência de forma a controlá-la, reduzi-la ou até mesmo reverter sua direção, especialmente nos momentos em que a violência parece estar impregnada no tecido da sociedade, sem aparentes alternativas.

Diante desse cenário, pensar caminhos para a superação dos conflitos também envolve compreender os mecanismos que favorecem a construção de vínculos sociais e culturais. Harari (2018) amplia essa perspectiva ao argumentar que o processo de unir as pessoas ocorre de duas maneiras principais: por meio da criação de conexões entre grupos distintos e através de práticas que promovem a homogeneização entre esses grupos. O autor afirma que laços podem se formar mesmo entre aqueles que apresentam comportamentos bastante diferentes.

Ao longo da história, diversos grupos sociais têm buscado utilizar estratégias de comunicação e mídia para disseminar seus princípios, valores, modelos e interesses para o restante da sociedade. Este esforço é um reflexo da luta constante contra a hegemonia estabelecida, onde a mídia desempenha um papel crucial na formação e sustentação de visões hegemônicas (Serrano, 2009).

De acordo com Chomsky (2014), os profissionais de relações públicas desempenham um papel crucial na promoção de valores que servem aos interesses das elites, mantendo a população em uma posição de passividade e conformismo. Esse processo envolve a desmobilização da organização popular e o encorajamento de um isolamento individual, onde o entretenimento e o consumo de bens se tornam as principais fontes de satisfação. Nesse contexto, a mídia desempenha um papel central ao moldar a

percepção pública, incentivando a aceitação de uma realidade que privilegia a manutenção do status quo.

Diante dessa realidade de manipulação e controle social, Gramsci (2001) ressalta a necessidade de uma prática jornalística que vá além da simples transmissão de informações, atuando como um instrumento capaz de desafiar e questionar a visão hegemônica da sociedade.

Em geral, as funções de um jornal deveriam ser equiparadas às funções correspondentes na direção da vida administrativa e, deste ponto de vista, deveriam ser concebidas as escolas de jornalismo, se se pretende que esta profissão saia do estado primitivo e de diletantismo em que hoje se encontra e se torne qualificada e dotada de uma completa independência, isto é, se se pretende que o jornal seja capaz de oferecer ao público informações e julgamentos não ligados a interesses particulares (Gramsci, 2001, p. 235).

Complementando essa reflexão, Romano (2012) destaca que os meios de comunicação carentes de sinceridade e que induzem ao engano representam obstáculos à comunicação. Esses meios, embora não recorram à violência física, têm o efeito de objetificar o ser humano, retirando-lhe características essenciais como o diálogo, a cooperação e a solidariedade, fundamentais para a partilha e a participação.

Durante conflitos violentos, a cobertura dos meios de comunicação geralmente se limita à divulgação convencional dos dados militares: contagem de mortos, feridos e danos materiais. Essa visão da realidade é tão ilusória e distorcida quanto a imagem apresentada pelos meios de comunicação sobre a economia, como o mercado de ações. As pessoas afetadas pelas privações, como familiares, vizinhos e colegas, raramente são mencionadas. Em média, para cada indivíduo morto, há cerca de dez pessoas sofrendo diretamente, cada uma carregando seu próprio sofrimento e experimentando o aumento do ódio, a busca por vingança, ou a entrega à desesperança e apatia. Assim, o ciclo de violência é continuamente renovado e perpetuado (Galtung, 2006).

Contudo, Harari (2018) chama atenção para os riscos contemporâneos de que, com o avanço tecnológico e a crescente influência da mídia, o corpo humano possa ser manipulado de forma completa e sofisticada. Tal manipulação ameaça justamente a autonomia do corpo e a possibilidade de sua resistência ativa, uma vez que a tecnologia pode reduzir o corpo a um mero objeto controlável.

Em paralelo a esse cenário de controle e manipulação, Gonzalo (2011) destaca que, nos últimos anos, os cidadãos comuns têm assumido um papel central na mídia

tradicional. Isso se deve à sua habilidade de usar as câmeras de seus dispositivos móveis para registrar imagens que ilustram diversas histórias. Essa prática oferece a vantagem da onipresença, já que essas pessoas estão em todos os lugares e a qualquer momento prontas para capturar momentos com seus celulares. Além disso, o custo mínimo associado a essa forma de coleta de imagens contribui para a democratização da informação.

No entanto, essa expansão do acesso à informação não impede que surjam desafios significativos para a participação política. Segundo Serrano (2009), surge a reflexão sobre o valor de um sistema político quando seus cidadãos não possuem a informação necessária sobre a política externa governamental. Além disso, ele destaca a visão egoísta que consiste em focar apenas em questões locais, ignorando os eventos internacionais, especialmente quando os governos locais têm responsabilidades nessas situações. Serrano aponta a mídia como um contribuinte significativo para esse desinteresse pela política internacional, enfatizando que os meios de comunicação desempenham um papel direto na formação dessa mentalidade.

Dessa forma, embora as tecnologias digitais favoreçam a disseminação da informação, o controle exercido pelas grandes corporações midiáticas ainda impõe limites à liberdade de expressão. Em vez de garantir o pluralismo, a mídia corporativa seleciona o que será divulgado, restringindo a diversidade de vozes. Serrano (2009) afirma que é fundamental que os cidadãos não fiquem sujeitos a essas empresas sem mecanismos de participação democrática, assegurando o direito de informar e ser informado como condição para uma comunicação verdadeiramente igualitária.

Resultados

O jornalismo para a paz busca aprimorar a forma como entendemos e representamos a realidade, incentivando uma reflexão mais profunda e crítica. Ao adotar essa abordagem, os jornalistas podem ampliar a visão sobre os eventos e contribuir para a formação de opiniões mais equilibradas e diversificadas sobre o que está acontecendo ao nosso redor.

Este estudo investiga como a busca incessante por audiência pode implicar uma violência implícita e como a comunicação pode, inadvertidamente, naturalizar preconceitos e ideologias que perpetuam conflitos. A pesquisa destacou a importância de adotar uma abordagem jornalística que se distancie das práticas mercadológicas e tendenciosas, favorecendo uma narrativa inclusiva e solidária.

Os resultados demonstram que, para promover uma cultura de paz e compreensão, é essencial que os profissionais de jornalismo integrem elementos como independência, pluralidade de opiniões, orientação ao não-conflito, contra-hegemonia, desobjetificação do ser humano e acesso universal. A revisão da literatura e os dados coletados mostram que a comunicação pode tanto desafiar quanto reforçar a hegemonia existente, dependendo de como é estruturada e apresentada.

Cada um desses elementos não apenas define as práticas editoriais desejáveis, mas também estabelece as bases para uma produção editorial mais ética, inclusiva e orientada para a transformação social e, principalmente, para a paz.

A independência dos meios de comunicação é indispensável para garantir a integridade e a credibilidade do jornalismo. A pressão de Estados, grandes corporações e outros interesses da elite pode comprometer a capacidade dos jornalistas de relatar com precisão e autonomia. A independência editorial permite que os jornalistas façam um trabalho crítico e investigativo, desafiando as convenções e questionando as narrativas dominantes. Isso não só protege a liberdade de expressão, mas também fortalece a confiança do público na mídia como uma fonte confiável de informação. A independência é, portanto, um requisito fundamental para que o jornalismo possa desempenhar seu papel na promoção da paz, oferecendo uma cobertura que seja justa, informada e livre de influências indevidas.

A orientação ao não-conflito busca resolver disputas sem violência, priorizando as relações humanas e sociais. Em vez de relatar eventos de forma sensacionalista, o enfoque na não violência no jornalismo cria narrativas que exploram causas e soluções para os conflitos, evitando a desumanização. Isso enriquece o debate público e fortalece o diálogo entre grupos, contribuindo para uma sociedade mais consciente e menos vulnerável à ciclos de violência.

A contra-hegemonia, por sua vez, se refere à necessidade de desafiar as narrativas dominantes que muitas vezes são controladas por grandes conglomerados midiáticos. Esses grupos possuem uma capacidade desproporcional de moldar a opinião pública e influenciar os processos políticos e sociais. O jornalismo para a paz exige uma postura crítica frente a essa hegemonia, promovendo vozes alternativas e questionando as estruturas de poder que buscam controlar e direcionar o discurso público. Ao fazê-lo, o jornalismo contribui para a criação de um espaço público mais democrático, onde diferentes perspectivas podem ser expressas e debatidas.

A pluralidade de opiniões é um complemento natural à contra-hegemonia e um pilar essencial para a produção editorial de um jornalismo ético. A diversidade de perspectivas não só enriquece o debate público, como também é fundamental para a formação de uma opinião pública informada e equilibrada – essencial para a manutenção de regimes democráticos. Em vez de promover uma visão única e monolítica dos acontecimentos, o jornalismo deve esforçar-se para incluir uma variedade de vozes, especialmente aquelas que são frequentemente marginalizadas ou ignoradas pela sociedade. Isso é crucial para a compreensão dos complexos aspectos econômicos, políticos e culturais que moldam a realidade contemporânea, permitindo ao público desenvolver uma visão mais completa e justa do mundo ao seu redor.

Outro elemento vital é a (des)objetificação do ser humano, pois os meios de comunicação têm um impacto profundo na forma como os indivíduos e grupos são percebidos e tratados na sociedade. Quando a mídia reduz pessoas a meras funcionalidades ou estereótipos, ela desumaniza e marginaliza, perpetuando preconceitos e desigualdades. Torna-se necessário que o jornalismo valorize a dignidade humana em toda a sua complexidade, promovendo o diálogo, a cooperação e a solidariedade. Isso significa evitar narrativas que simplifiquem ou distorçam a experiência humana, em favor de representações mais nuançadas que reflitam a diversidade e a riqueza da vida.

O acesso universal é uma premissa básica que sublinha a importância de garantir que todos os cidadãos tenham igual acesso às informações e aos programas oferecidos pelos meios de comunicação. Em uma sociedade democrática, a comunicação não deve ser limitada às preferências de mercado ou às pressões dos anunciantes. Em vez disso, deve abranger um espectro amplo de conteúdos que favoreçam a formação de opiniões autônomas e críticas. Isso implica que o jornalismo deve transcender os interesses econômicos imediatos e se concentrar em oferecer um serviço público que apoie o desenvolvimento de uma cidadania informada e ativa. A acessibilidade, nesse sentido, não é apenas uma questão de disponibilidade de informações, mas também de garantir que essas informações sejam diversificadas e relevantes para todos os segmentos da sociedade.

Para que o jornalismo contribua à construção de um mundo mais pacífico, é essencial adotar uma postura crítica diante das fontes de conflito e considerar as diferentes perspectivas. Isso evita a propagação de conteúdos que intensifiquem os conflitos. Esses elementos orientam práticas jornalísticas voltadas à justiça social, promovendo narrativas

que valorizam a diversidade e a dignidade humana. Assim, o jornalismo deixa de ser apenas informativo e torna-se um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para paz ou para a guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Acesso em: 8 mar. 2023.

GALTUNG, Johan. **Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. Tradução: Denise Leite e Carla Figueiredo. São Paulo: Palas Athena, 2006.

_____. **Violence, Peace, and Peace Research**. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 8 mar. 2023.

GONZALO, Paula. Hitos del periodismo ciudadano: del tsunami de Indonesia a las revueltas en Túnez. In: ESPIRITUSANTO, Oscar; GONZALO RODRÍGUEZ, Paula. **Periodismo ciudadano: evolución positiva de la comunicación**. 1. ed. Espanha: Fundação Telefônica e Editora Ariel, 2011. p. 29-50. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/21633/periodismo_ciudadano_2011.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide**. *Brazilian Journalism Research*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 164-181, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/960/898/3908>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ROMANO, Vicente. **La violencia mediática**. Caracas: Correo del Orinoco, 2012.

SERRANO, Pascual. **Medios violentos: palabras e imágenes para el odio y la guerra**. Caracas: Editora UBV, 2009.